

## **Bancos de dados genéticos: agarrar ou não a oportunidade?**

Os extraordinários avanços a nível das tecnologias de análise do genoma, como seja a generalização do uso de sequenciadores automáticos nos laboratórios de genética, acompanhada do aumento da capacidade de computação verdadeiramente a uma velocidade vertiginosa, permitem actualmente perspectivar a possibilidade de coleccionar grandes quantidades de informação genética em poderosos bancos de dados.

Os exemplos são já muitos a nível internacional e os interesses das companhias farmacêuticas e biotecnológicas traz consigo investimentos decisivos.

Um caso já considerado exemplar é o da empresa Decode que conseguiu uma autorização do parlamento da Islândia para catalogar o património genético de toda a população da ilha.

Os islandeses são um povo à partida muito interessantes do ponto de vista genético: estes descendentes de Vikings, têm permanecido muito isolados ao longo dos séculos, sem migrações significativas e além disso têm uma história de registos genealógicos impecavelmente guardados e seguidos.

As autoridades islandesas apostaram nesta cedência dos direitos de estudo do património genéticos islandês à empresa Decode, porque esperam dessa forma recolher os benefícios da investigação biomédica resultante.

No Reino Unido, é a Wellcome Trust que financia e promove, em cooperação com as autoridades de saúde, um biobanco que pretende recolher amostras de ADN de 500.000 voluntários junto com preciosa informação sobre os seus hábitos de vida e informação médica pertinente.

Mais uma vez estão em causa objectivos aparentemente muito nobres como sejam estudar as interacções entre ambiente, os genes e a saúde.

Claro que as amostras são à partida mantidas confidenciais, mas a informação pessoal é aqui considerada relevante para poder retirar conclusões válidas destes estudos.

As próprias autoridades judiciais poderão em certas situações aceder a estas informações.

Os exemplos poderiam multiplicar-se tal a profusão de bases de dados genéticos. Recorde-se que a partir de uma amostra de ADN, um laboratório pode retirar ilações do ponto de vista da genética médica, mas também pode ficar a conhecer o perfil genético quanto a marcadores de interesse para as autoridades de justiça. Por outro lado, hoje que possuímos os meios tecnológicos e científicos será lícito desperdiçar este manancial de informação que permitiria avanços significativos quer na genética médica quer na administração da justiça apoiada nos exames de ADN?

Deve haver um banco central de amostras e informação de ADN? Devem existir diversos bancos de amostras e/ ou dados consoante os fins? Quem deve controlar o acesso a esses bancos?

A discussão deve alargar-se não ficar cingida ao âmbito dos *especialistas*.

Luis Souto, mestre em Genética Humana Aplicada, membro da Sociedade Internacional de Genética Forense, Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro.